

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A**

**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/002**

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de hardwares e softwares para modernização do sistema de telefonia de PABX e Call Center do bandes, conforme as especificações do Edital e de seus Anexos.

Inicialmente cumpre esclarecer que a impugnante apresentou tempestivamente seu pedido. Assim, a peça foi recebida como impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 2019/002 tendo a empresa VOX TECNOLOGIA LTDA, em suma, a ocorrência de restrições à competitividade no presente certame. Na mesma peça apresentou questionamentos de ordem técnica, ínsitos às restrições indicadas como razões da impugnação.

Segue abaixo a análise aos questionamentos apresentados, nos termos da análise técnica efetuada pela área solicitante.

**Pergunta Nº 1**

(Comentário nº 1): A solução atualmente em uso cujo parque físico é considerado pelo BANDES como **"muito desatualizado"** e seguramente depreciado, visto que adquirido em 2001 e atualizado em 2005, fundamenta a decisão da sua expansão e atualização para continuidade do seu uso. Tal decisão define essa alternativa como única e compulsória, visto que estabelece uma lista de materiais e serviços contendo itens de hardware e software passíveis de fornecimento apenas pelos fabricantes e/ou por fornecedores por eles autorizados. Não há no edital e seus anexos, evidências de que tal decisão atenda a recomendação do já mencionado Acórdão do TCU que estabelece que "desde que a decisão administrativa que venha a identificar o produto pela sua marca seja circunstanciadamente motivada e demonstre ser essa opção, em termos técnicos e econômicos, mais vantajosa para a administração", agravada pela circunstância de ser omitido nessa fase o valor estimado da contratação pretendida, valor esse que dificilmente será menor do que o valor depreciado atual do parque hoje instalado. O nosso entendimento está correto?

**Resposta do BANDES**

Inicialmente, para os devidos esclarecimentos, informamos que o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santos S/A – BANDES é uma sociedade anônima de economia mista de direito privado e as formas utilizadas para as suas contratações estão regidas pela Lei nº 13.303 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

A Lei nº 13.303/2016 veda a divulgação do preço de referência nos pregões antes da fase de disputa, a divulgação é realizada após esta fase. Acrescentamos que todos certames licitatórios que realizamos têm abrangência de participação de fornecedores alcançando todo o território nacional, o que também está ocorrendo neste pregão eletrônico.

É leviano afirmar que os estudos que fundamentaram a escolha pela atualização tecnológica do parque ora instalado foram feitos em detrimento da utilização de outras soluções tecnológicas, pois todos os procedimentos e escolhas estão embasados e fundamentados através de estudo técnico, parte integrante do processo administrativo para aquisição da atualização.

Por fim a utilização da expressão “muito desatualizado”, por nossa parte, teve a intenção de dar dimensão da aquisição e das últimas atualizações no sistema. Entretanto não reflete a realidade comercial dos equipamentos, pois estão disponíveis no mercado até a presente data.

#### Pergunta Nº 2

*2.2. A atualização ocorrerá nos softwares e hardwares que não tiverem forma de aproveitamento.*

(Comentário nº 2): A forma de aproveitamento mencionada, se considerada a condição acima estabelecida pode implicar na inviabilidade do aproveitamento da central Philips IS-3050 ponderando-se a viabilidade econômica, além da técnica conforme estabelecido pelo TCU, Acórdão nº 2.376/2006, Plenário, Rel. Min. Marcos Vinícios Vilaça, DOU 13/12/2006.

#### Resposta do BANDES

O estudo técnico realizado teve o objetivo de apresentar à autoridade competente as soluções disponíveis de alcance do BANDES, que apresentasse solução técnica mais vantajosa para a Instituição.

#### Pergunta Nº 3

(Comentário nº 3): Conhecidos mais detalhes da análise técnica e econômica da configuração atual, além daqueles fornecidos no termo de referência, e considerado o objetivo de se obter uma “**configuração somente baseada em servidor IP nativo**” pode ter como solução recomendável técnica e economicamente, uma que venha até mesmo a dispensar a continuidade do aproveitamento do atual PABX “**muito desatualizado**”.  
Nosso entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

O BANDES levou em consideração a opção acima referenciada, entre outras, escolhendo a de melhor conveniência, objeto deste pregão eletrônico.

Quanto ao termo “muito desatualizado” já explicamos no primeiro item.

A demora na atualização do equipamento não reduz a sua qualidade, pois se trata de um equipamento de ponta em utilização até hoje por diversas empresas, inclusive no BANDES, cujo fabricante o mantém em linha de produção sob constante atualização tecnológica ao longo do tempo.

#### Pergunta Nº 4

(Comentário nº 4): As empresas do mercado nacional mencionadas no item 3.1 acima ficam restritas a empresas representantes autorizadas dos fabricantes NEC e PHILIPS que tenham acesso aos elementos de hardware e software listados no instrumento convocatório, que fazem parte de acervo técnico de solução com 15 a 20 anos desde que foram adquiridos.  
Nosso entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

Esclarecemos que quando falamos de NEC, Philips e Sopho, estamos falando de um mesmo fabricante.

Estamos fazendo uma atualização de hardware/software que não impede a participação de qualquer empresa, desde que sejam observados os produtos ora listados, pois eles necessitam ser compatíveis com os hardwares, softwares e licenças já em uso e que continuarão em funcionamento após a atualização, independentemente do tempo.

#### Pergunta Nº 5

(Comentário nº 5): As informações constantes no instrumento, que mais uma vez é classificado como desatualizado, não são suficientes para que se tenha a compreensão na natureza da integração da integração ocorrida em 2005 para fins de introdução do sistema VoIP e do sistema de telefonia móvel de uso interno. Como foi afastada a possibilidade da **realização de visita técnica** que pudesse esclarecer este ponto, não há elementos disponíveis mas indispensáveis para avaliação da viabilidade técnica e econômica da oferta de solução diversa daquela imaginada pela equipe técnica do BANDES.  
O nosso entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

O BANDES não está adquirindo solução compatível o que acarretaria na obsolescência e descarte dos equipamentos atualmente em uso, e sim adquirindo atualização de software e hardware proprietário do fabricante NEC Philips Sopho com garantia de compatibilidade com os equipamentos e licenças já em uso. Sendo assim, não há o que se falar em visita técnica, pois não serão aceitos licenças e hardwares diversos daquele que foi especificado no Edital, inclusive com os partnumbers.

#### Pergunta Nº 6

(Comentário nº 6): Considerando que a atualização ocorrida em 2005 se constituiu em integração de elementos de hardware e software de dois fabricantes distintos, com vistas a agregar facilidades atualizadas para a época. Como os fabricantes foram a NEC e a PHILIPS, fabricantes que atendem aos princípios de interoperabilidade determinados pela ANATEL, que se baseiam no uso de protocolos públicos abertos.  
Nosso entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

Como já informado no item 4, trata-se do mesmo fabricante, que ao longo do tempo se fundiram em uma única empresa, hoje denominada Nec Philips Sopho, assim o seu entendimento não procede.



#### Pergunta Nº 7

(Comentário nº 7): Em função da decisão da administração de omitir o valor estimado do fornecimento, restou impossibilitada a avaliação prevista no acordo do TCU da viabilidade técnica e econômica para oferta de soluções abertas 100% IP e baseadas em protocolos de integração públicos e não proprietários e utilizando hardware padrão de mercado, em decorrência de não haver dados suficientes para o pleno entendimento sobre a forma de integração dos elementos da atual solução, ainda agravado pelo fato de não haver previsão de realização de visita técnica para esclarecimento de tais dúvidas.

O nosso entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

Já respondido no 1º Item, o Art. 34 da Lei 13.303/2016 impede a divulgação do preço de referência nas licitações do BANDES, portanto não omissão do valor estimado para fornecimento.

Não cabe visita técnica, pois a solução a ser adquirida já está definida no Edital.

#### Pergunta Nº 8

(Comentário nº 8): No nosso entendimento, a indicação da necessidade de comprovação da capacidade técnica disposta no item 13.1 e 13.1.1 se mostra plenamente compatível com as disposições previstas na legislação de forma a preservar a plena competição na seleção do fornecedor, uma vez que não estabelece, direta ou indiretamente, restrição para a solução demandada e consequentemente não restringindo o fornecimento a representantes autorizados dos fabricantes atuais.

O nosso entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

Está correto o seu entendimento, não havendo obrigatoriedade de que o fornecedor dos softwares e hardwares solicitados sejam representantes do fabricante.

#### Pergunta Nº 9

*13.2. A contratada deverá apresentar na emissão da Autorização de Fornecimento: Certificado de treinamento emitido pelo fabricante do equipamento objeto da licitação para pelo menos um dos técnicos que executará os serviços ou comprovação de que a Contratada é assistência técnica autorizada do fabricante dos equipamentos objeto deste termo de referência.*

(Comentário nº 9): De forma contrária ao comentário anterior, a exigência prevista em 13.2, que requer a apresentação de Certificado de Treinamento emitido pelo “fabricante”, ou comprovação de que a contratada é “Assistência Técnica Autorizada” do fabricante dos equipamentos não deve se

restringir aos fabricantes dos equipamentos atuais listados (NEC e/ou PHILIPS), e deve considerar a hipótese do proponente ser o detentor da tecnologia ofertada, não sendo assim, treinado ou certificado por nenhum fabricante.  
O nosso entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

O seu entendimento não está correto, pois o item 13.2 é de qualificação para fase de contratação, diferente do item anterior que é para a fase de habilitação.

Seria exigência desnecessária solicitar que o fornecedor dispusesse de equipe qualificada para participar do processo licitatório.

Em contrapartida é essencial que exista profissional qualificado ou empresa qualificada para implementar a solução contratada.

#### Pergunta Nº 10

(Comentário nº 10): A lista acima transcrita, publicada no edital e seus anexos, para os materiais e serviços a serem fornecidos, pressupõe que seja uma lista de fornecimento compulsório, ou seja, condiciona que o fornecimento seja composto por tais itens, impossibilitando a apresentação de qualquer outra solução diversa da descrita no instrumento, mas não detalhadamente explicitada no termo de referência. Adicionalmente, determina que os fornecedores venham a ser necessariamente treinados e/ou autorizados pelos fabricantes NEC e PHILIPS, implicando em restrição de marca e modelo dos equipamentos componentes da solução pretendida.

O entendimento está correto?

#### Resposta do BANDES

Por ser uma atualização, somente serão aceitos os equipamentos e softwares com os partnumbers listados na tabela apresentada no Anexo I do Edital. Qualquer coisa diferente do que foi solicitada implicará em incompatibilidade no funcionamento dos equipamentos já existentes.

#### Pergunta Nº 11

(Comentário nº 11): Como indicativo da exigência excessiva para comprovação da qualificação técnica, apresentamos a seguir a exigência básica utilizada no mercado para esse mesmo fim, onde se percebe que a exigência excessiva contida em 13.2, caso seja restrita a comprovação de treinamento ou de representação fornecidas pelos fabricantes NEC e PHILIPS.  
O nosso entendimento está correto?

## Resposta do BANDES

Não está correto. Item já respondido anteriormente, seu comentário 9.

Quanto ao mais, é de se reforçar que o Banes submete-se aos preceitos da Lei nº 13.303/06 e do seu Regulamento de Licitações e Contratos, e não à Lei 8.666/93. É dizer que a não divulgação dos valores de referência para a presente licitação atende às exigências legais e não à deliberada restrição à participação dos proponentes.

Lado outro, os princípios que regem o certame permanecem os mesmos, de forma que é discricionária a decisão do Administrador na definição do objeto da licitação, ocasião em que identifica as suas necessidades, utilidades, operacionalidade, funcionalidade, economicidade, dentre outros. Assim, cabe ao Administrador aferir e escolher as características que melhor atendem aos interesses e conveniência da Administração. É dizer que o juízo discricionário do Administrador é que determina as especificações do produto que pretende adquirir, sempre em consonância com a demanda existente e com o atendimento do interesse público.

Dos esclarecimentos prestados acima, verifica-se que as “restrições” aventadas na peça de impugnação/questionamento não coadunam com a realidade apresentada pela área solicitante, da qual decorreu o presente certame. Assim, verifica-se que a escolha do objeto licitado atende ao interesse público, sendo que sua busca por esse princípio foi que determinou as especificações contidas no termo de referência.

Dessarte, em consonância com o conteúdo apresentado como resposta aos questionamentos formulados, respondendo à impugnação, esclareço o seguinte:

- ✓ Vistas ao processo podem ser solicitadas no oportuno, em consonância com a legislação;
- ✓ As justificativas para a atualização proposta constam no processo administrativo nº AD-179/2018;
- ✓ Esclarecidos os apontamentos feitos pela impugnante, entendo que as razões apresentadas não devem prosperar, visto que estão baseadas em informações equivocadas, não havendo restrição à competitividade, ao contrário do que afirmou a impugnante.

Diante do exposto, considerando que a impugnação não reuniu elementos que ensejassem a alteração do Edital, com amparo nos princípios constitucionais e nos que regem as licitações, em especial pelas previsões da Lei 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, que rege a presente licitação, tenho por bem conhecer da impugnação apresentada pela empresa VOX TECNOLOGIA LTDA, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se inalterado o Edital em todos os seus termos, da forma publicada.

Vitória, 28 de fevereiro de 2019.

**Andressa Maria Gujansky Santana dos Santos**  
Pregoeira - BANDES